

SERMÃO 51

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Neste discurso sobre “O mordomo fiel”, Wesley reuniu e focalizou todas as máximas que havia enunciado no sermão sobre “O uso do dinheiro”. Por um estudo cuidadoso do sermão verá o leitor que a filosofia da vida aí inculcada, por mais raras que possam ser os casos em que ela se reduza à prática, é nem mais nem menos do que o sistema ensinado na Bíblia. Acha-se em tão perfeita concordância com nosso sentimento da aptidão das coisas, como elas devem ser, que ninguém tentará fazer qualquer objeção contra qualquer das proposições contidas neste discurso. O homem *não* é proprietário do mundo, embora seu Criador ordenasse que ele tivesse domínio sobre o mundo: Se o pecado não houvesse aparecido, poderíamos imaginar um mundo de perfeições maravilhosas; mas, ainda em estado de impecabilidade, o homem teria sido somente um vice-rei, exercendo sua autoridade sobre os reinos animal, vegetal e mineral na qualidade de depositário, sendo a glória e a majestade do verdadeiro Senhor e Rei proclamadas ao universo inteligente através daquelas atividades.

Mas o homem, em seu estado de queda, é inclinado a acreditar-se dono e soberano proprietário das coisas de que, por diligência, astúcia ou acaso de nascimento, possa tornar-se senhor. Não obstante, a razão lhe ensina que, embora possua milhões em ouro e prata, ele deve morrer e deixar a outros toda sua riqueza. Nem terras, nem casas pode ele levá-las consigo; e, vindo ao mundo nu, dele nada poderá transportar. Não somente se verifica isto, mas somos constantemente advertidos da loucura dos que professam ser filhos de Deus, que dizem em palavras que são estrangeiros e peregrinos sobre a terra e que buscam uma cidade que está fora das vistas, e ainda estão constantemente planejando unir campo a campo e casa a casa, e aduzir milhões em ouro e prata à riqueza já adquirida. Onde encontraremos o despenseiro fiel? O homem da parábola, vendo seu ofício a ponto de lhe ser tirado, aplicou-se em distribuir os bens de seu patrão, destinando-os ao uso dos que deviam a seu Senhor, esperando que por este meio aqueles devedores lhe ficassem em obrigação e ele pudesse ter casa e amigos no dia de sua adversidade. Quão forte é a ilustração de nosso Senhor! O mordomo infiel gastou os bens de seu Senhor, mas sua sagacidade e desonestidade lhe asseguraram uma dívida de gratidão a ser paga, no futuro, pelos devedores de seu amo. De outro lado, distribuindo ao indigente e empregando os dons de Deus com os que se encontram em justa dependência de nós, ao mesmo tempo que agradamos ao Senhor de todos, fazemos subir nossos atos de misericórdia para que testemunhem a nosso favor, quando viermos a necessitar das “habitações eternas”.

ESBOÇO DO SERMÃO 51

A propriedade desta figura da relação do homem para com Deus.

I. Em que sentido somos despenseiros de Deus? O despenseiro não é proprietário, mas somente depositário de bens a serem usados sob a direção do Senhor. Deus nos constituiu despenseiros.

II. A curta e incerta duração de nosso encargo. A morte nos desapossa dos bens temporais, de nossos corpos com todas as suas faculdades; de muitos talentos complexos; e, embora nossa alma perdure, nossa mordomia termina.

III. A conta a ser dada. Uma vez por todas, no juízo geral. Particularmente, de tudo que foi confiado à nossa guarda.

Segue-se a sentença eterna.

IV. Daí aprendemos: a preciosidade do tempo. Nenhuma obra da vida é indiferente. Não pode haver obras de superrogação. Devemos andar em sabedoria e temor.

SERMÃO 51

O MORDOMO FIEL

“Dá contas de tua mordomia, porque já não poderás mais ser mordomo.”

(Lucas 16.2)

1. A RELAÇÃO que o homem tem para com Deus, a criatura para com seu Criador, é nos revelada nas Escrituras sob várias representações. Considerado como pecador, como criatura decaída, o homem é ali figurado como devedor de seu Criador. É também freqüentemente representado como servo, qualidade que lhe é, na verdade, essencial, em seu caráter de criatura, tanto mais que esse nome designa o Filho de Deus, em seu estado de humilhação: Ele “tomou sobre si a forma de servo, fazendo-se semelhante ao homem”.

2. Mas nenhuma condição se adapta mais exatamente ao estado atual do homem do que a de despenseiro. Nosso bendito Senhor com freqüência representa-o como tal; e há uma propriedade especial na representação. Somente sob um aspecto particular, isto é, como pecador” é que se aponta o homem como devedor; chamado servo, o apelativo se torna geral e indeterminado; mas o despenseiro é um servo de espécie particular; um servo como o homem pode sê-lo a todos os respeitos. Esta designação expressa exatamente sua situação no mundo presente; especifica que gênero de servo é à vista de Deus e que espécie de serviço seu Divino Mestre dele espera. Pode ser útil, portanto, darmos inteira consideração a este ponto e dele tirarmos nosso maior quinhão de ensino. Para isto, perguntemos, em primeiro lugar, em que sentido somos, no presente, despenseiros de Deus. Em segundo lugar, observemos que, ao requerer de nós a nossa alma, não “poderemos continuar como despenseiros”. Restará somente observar como poderemos, em terceiro lugar, “dar conta de nossa mordomia”.

1. Primeiro, perguntemos em que sentido somos, no presente, despenseiros de Deus. Devemos a Ele, no presente, tudo quanto temos: mas, embora o devedor seja obrigado a restituir o que tenha recebido, todavia, até que vença o prazo, ele é livre para usar a coisa devida como lhe aprouver. Não é assim com o despenseiro: não tem liberdade para dispor como lhe agrada das coisas que estão em seu poder, mas deve dispô-las segundo a vontade de seu Senhor. Porque o despenseiro não é proprietário de nenhuma daquelas coisas, mas simplesmente depositário delas – e depositário sob esta expressa condição: que ele disporá de tudo conforme seu Senhor ordenar. Ora, este é exatamente o caso de todo homem, em relação a Deus. Não temos liberdade de usar o que Ele confia às nossas mãos como quisermos, mas como seja do agrado somente daquele que é o possuidor dos céus e da terra e o Senhor de todas as criaturas. Não temos direito de dispor de qualquer coisa que tenhamos, a não ser de acordo com sua vontade, visto que não somos proprietários de qualquer dessas coisas; todas elas são, como diz nosso Senhor, ta allotria, *pertencentes a outra pessoa*; nem qualquer coisa é propriamente *nossa*, nesta terra de nossa peregrinação. Não receberemos ta idia, *nossos próprias bens*, enquanto não chegarmos à nossa pátria. Somente as coisas eternas são nossa possessão: no tocante às coisas temporais, somos simplesmente depositários constituídos por outrem, que é o Dispensador e Senhor de tudo. E Ele no-las confia sob esta condição expressa: que usemos delas somente como bens de nosso Senhor, e de acordo com as direções especiais que Ele nos deu em sua Palavra.

2. Sob tais condições Deus nos confiou nossas almas, nossos corpos, nossos bens e quaisquer outros talentos que houvermos recebido; mas, para imprimir esta verdade em nossos corações, é necessário que desçamos aos pormenores. E, primeiro, Deus nos constituiu depositários de nossa alma, um espírito Imortal, feito à imagem de Deus, juntamente com todos os seus poderes e faculdades, entendimento, imaginação, memória, vontade e um conjunto de afeições, nestas se incluindo ou delas dependendo outros sentimentos, amor e ódio, alegria e tristeza, no tocante ao bem ou ao mal presente; desejo e aversão, esperança e temor, no tocante às coisas vindouras. Tudo isso S. Paulo parece incluir em duas palavras, quando diz: “A paz de Deus guardará vossos corações e mentes”. Talvez que, na verdade, a última palavra – *nohmata* – melhor se traduza por *pensamentos*, contanto que tomemos este vocábulo em seu sentido mais amplo, como toda percepção da mente, ativa ou passiva.

3. Ora, de tudo isso somos, é certo, somente despenseiros. Deus nos investiu desses poderes e faculdades, não para que os empregássemos de acordo com nossa própria vontade, mas segundo as ordens expressas que Ele nos deu, embora seja verdade que, fazendo sua vontade, devemos igualmente assegurar nossa própria felicidade, uma vez que somente nisto podemos ser ditosos, quer no tempo, quer na eternidade. Assim, devemos usar de nossa inteligência, de nossa imaginação, de nossa memória, totalmente para a glória daquele que nos as concedeu. Assim, nossa vontade deve ser dada inteiramente a Ele, e todas as nossas afeições devem ser reguladas de conformidade com suas direções. Devemos amar e odiar, regozijar-nos ou lamentar, desejar e repelir, esperar e temer, segundo a regra que prescreve Aquele de quem somos, e a quem devemos servir em todas as coisas. Mesmo nossos pensamentos nos não pertencem, neste sentido: eles não estão ao nosso dispor; mas somos responsáveis perante nosso grande Senhor por todos os impulsos deliberados de nossa mente.

4. Em segundo lugar, Deus nos constituiu depositários de nosso corpo (esta máquina esquisitamente operante, tão terrível e maravilhosamente feita) com todos os seus poderes e seus membros. Ele nos dotou de órgãos dos sentidos; de visão, audição e do resto; mas nenhum deles nos foi dado como nossa própria possessão, para se empregar segundo nossa própria vontade. Nenhum deles nos foi emprestado em sentido tal que nos deixe em liberdade para que o empreguemos segundo seja de nosso agrado no momento. Não: recebemo-los sob certas condições: que, enquanto os possuímos, empreguemo-los todos da maneira que Deus nos indica, e não de outra.

5. Foi sob a mesma condição que Ele nos concedeu aquele mais excelente talento, que é a linguagem. “Tu me deste uma língua” – disse um antigo escritor – “para que com ela te louvasse”. Para esse fim foi ela dada a todos os filhos dos homens – para ser empregada no glorificar a Deus. Nada, pois, é mais ingrato ou mais absurdo, do que pensarmos ou dizermos: “A língua é nossa”. Isto não pode ser, a menos que nos tenhamos criado a nós mesmos, sendo, assim, independentes do Altíssimo. Não, mas “foi Ele quem nos fez, e não nós mesmos”. A manifesta consequência disto é que Deus é ainda nosso Dominador, neste como em todos os outros sentidos. Segue-se que não há uma palavra de nossa língua pela qual não sejamos responsáveis diante de Deus.

6. Perante Deus somos igualmente responsáveis pelo uso de nossas mãos e pés e de todos os membros de nosso corpo. Estes são outros tantos talentos que nos são dados em depósito, até o tempo fixado pelo Pai: Até este tempo temos o uso de todos eles, mas no caráter de administradores, e não como proprietários, para o fim de “os entregarmos, não como instrumentos de iniquidade para o pecado, mas a Deus, como instrumentos de justiça”.

7. Deus nos constituiu depositários, em terceiro lugar, de uma porção de bens temporais – alimento para nutrir-nos, vestuário para cobrir-nos em um lugar onde reclinemos a cabeça; com não somente o necessário, mas com o agradável à vida. Acima de tudo, Ele confiou à nossa guarda aquele precioso talento que abrange todo o resto – o dinheiro: este será, na verdade, indizivelmente precioso, se dele formos sábios e fiéis despenseiros; se empregarmos cada parcela dele segundo os fins que nosso bendito Senhor mandou que observássemos.

8. Deus nos constituiu depositários, em quarto lugar, de vários talentos que não se podem propriamente incluir sob

nenhum dos títulos já apresentados. Tal é o vigor físico; tais são a saúde, a boa apresentação, a palavra agradável; tais são a erudição e o conhecimento, em seus vários graus, com todas as outras vantagens da educação. Tal é a influência que temos sobre os outros, seja pelo seu amor e estima para conosco, ou pela influência, influência para lhes fazer o bem e o mal, para auxiliar ou embaraçá-los nas várias circunstâncias da vida. Aduza-se a isto o inapreciável talento que é o tempo que Deus nos concede de momento a momento. Adicione-se, finalmente, aquilo de que todo o resto depende e sem o que todas as vantagens seriam maldições e não bênçãos: a graça de Deus, o poder de seu Espírito Santo, que opera em nós tudo que é aceitável à sua vista.

II

1. A todos esses respeitos são os filhos dos homens despenseiros do Senhor, o Possuidor do céu e da terra; grande porção de seus bens, de várias espécies, Deus confiou à sua, guarda. Mas isto não é para sempre, nem, na verdade, por tempo considerável: temos aquela confiança posta em nós somente durante o curto, incerto espaço de nossa habitação cá em baixo; somente enquanto permanecermos na terra, enquanto durar em nós este leve sopro. A hora rapidamente se aproxima, já estando à mão, quando “não poderemos por mais tempo ser despenseiros!” No momento em que o corpo “volta ao pó como era e o espírito volta a Deus que o deu”, não mais teremos aquelas funções: o tempo de nossa mordomia terá chegado ao fim. Parte daqueles bens de que fomos antes investidos, agora tocam ao fim; pelo menos eles não mais existem em relação a nós, não somos mais encarregados de sua guarda; e a parte que permanece não mais pode ser empregada ou usada como o era dantes.
2. Parte daquilo que antes nos fora confiado, toca ao fim, pelo menos em relação a nós. Que temos a fazer, depois desta vida, com alimento, vestuário, casas e possessões terrenas? O alimento dos mortos é o pó da terra; eles se vestem apenas de vermes e de podridão. Habitam a casa preparada para toda carne: suas terras não mais os conhecem: todos os seus bens temporais passam a outras mãos, e eles não têm “mais lugar debaixo do sol”.
3. O caso é o mesmo em relação ao corpo. No momento em que o espírito volta para Deus, não mais somos despenseiros desta máquina, que é então semeada em corrupção e vileza. Todas as partes e membros de que ela se compunha, agora se desfazem em barro. As mãos já não podem mover-se; os pés esqueceram seu ofício; a carne, os nervos, os ossos, tudo se apressa em ser dissolvido no pó comum.
4. Ai também terminam os talentos de natureza complexa: nossa força, saúde, beleza, eloquência e elegância; nossas faculdades de agradar, ou persuadir, ou convencer aos outros. Aí terminam igualmente todas as honras de que houveramos uma vez desfrutado, todo o poder que fora depositado em nossas mãos, toda a influência que tivéramos sobre os outros, seja pelo amor ou pela estima que nos devotavam. Nosso amor, nosso ódio, nosso desejo, pereceram: ninguém leva agora em conta o modo por que fora uma vez atingido por eles. Olham para o morto como para quem é incapaz de lhes dar qualquer auxílio ou de lhes causar dano, de modo que “um cão vivo é melhor do que um leão morto”.
5. Talvez reste alguma dúvida no tocante a alguns dos talentos de cuja administração somos agora encarregados, sobre se eles deixarão de existir quando o corpo voltar ao pó, ou se apenas deixarão de ser susceptíveis de aperfeiçoamento. Na verdade, nenhuma dúvida há que a forma de linguagem de que ora usamos, por meio dos competentes órgãos corporais, inteiramente acabará, quando esses órgãos forem destruídos. É certo que a língua jamais produzirá qualquer vibração do ar, nem o ouvido comunicará esses movimentos trêmulos ao aparelho sensorio geral. Mesmo o *sonos exilis* a soluçada, murmurante voz que o poeta imagina pertencer ao espírito separado, não se pode admitir tenha existência real; é um puro vôo de imaginação. Realmente, não se pode pôr em dúvida tenham os espíritos separados algum meio de comunicar seus sentimentos uns aos outros; mas, que habitante da carne e do sangue poderá explicar qual seja esse processo? O que chamamos “linguagem” eles não a podem ter: assim, não mais poderemos ser despenseiros desse talento, quando formos contados com os mortos.
6. Pode, igualmente, ser objeto de dúvida o fato de nossos sentidos ainda existirem, quando os órgãos dos sentidos forem destruídos. Não é provável que os de mais baixa espécie cessem – o tato, o olfato, o paladar – que têm imediata referência ao corpo, e se destinam especialmente, senão totalmente, à sua preservação? Mas alguma espécie de visão não permanecerá, embora os olhos tenham sido cerrados pela morte? Não haverá alguma coisa na alma equivalente ao presente sentido da audição? E não é provável que esses sentidos não só existam no estado de separação, mas existam em grau muito maior, de modo mais eminente do que agora, quando a alma, desembaraçada de seu barro, não mais é “uma centelha moribunda em lugar tenebroso”, quando não mais “observa através das janelas dos olhos e dos ouvidos”, mas, ao contrário, toda ela sejam olhos, ouvidos, sensações, de maneira tal que não podemos agora conceber? E não temos uma prova evidente da possibilidade disto, da visão sem o uso dos olhos e da audição sem uso dos ouvidos? Sim, não temos constantemente um sinal dessa possibilidade? Pois a alma não vê, da maneira mais clara, através dos sonhos, quando os olhos não entram em ação? Então não goza ela da faculdade de ouvir, sem qualquer auxílio dos ouvidos? Mas, conquanto isto seja assim, o certo é que não mais continuarão nossos sentidos, e menos ainda nossa linguagem, confiados a nós do modo por que o são agora, quando o corpo repousar no silêncio do túmulo.
7. Até que ponto o conhecimento ou a erudição que alcançamos pelo estudo permanecerão, não podemos dizê-lo;

Na verdade Salomão diz: “Não há obra, nem conselho, nem conhecimento, nem sabedoria no sepulcro, para onde vais”. Mas é evidente que estas palavras não se podem entender em sentido absoluto. Porque está tão longe de ser verdade que não haja conhecimento depois que deixarmos o corpo, que a dúvida vai ao extremo oposto, isto é, se alguma coisa como o real conhecimento existe até que deixamos o corpo; se não é uma verdade razoável e clara, e não mera ficção poética, que “Todas essas sombras, que tomamos pelas coisas reais, Não são senão sonhos ocultos, que temos no sono da morte”, só se excetuando as coisas que o próprio Deus se dignou de revelar ao homem. Falo por mim. Depois de ter procurado a verdade, com alguma diligência, por meio século, não estou, neste dia, firmemente convencido de coisa alguma, a não ser do que encontro na Bíblia. Nem conheço tão seguramente coisa alguma em outra parte – afirmo-o positivamente – que me levaria a firmar sobre ela a minha salvação.

O que podemos, portanto, aprender das palavras de Salomão é que “não há conhecimento ou sabedoria no sepulcro” que seja de qualquer utilidade a um espírito infeliz; “não há engenho” ali, pelo qual ele possa aperfeiçoar-se no manejo daqueles talentos de que fora uma vez constituído depositário. Porque não é mais tempo; o tempo de nossa provação para a felicidade eterna ou para a eterna miséria passou. Nosso dia, o dia do homem, declinou: extinguiu-se o dia da salvação! Nada permanece agora senão “o dia do Senhor”, abrindo-se sobre a larga, sobre a imensa eternidade!

8. Mas, sendo nossas almas incorruptíveis e imortais, de natureza “pouco abaixo dos anjos” (mesmo que se entenda que esta expressão se refira à nossa natureza original, o que bem pode admitir dúvida), quando nossos corpos se dissolvem na terra, elas permanecem com todas as suas faculdades. Nossa memória, nossa inteligência, tão longe estarão de ser destruídas, ou mesmo enfraquecidas, pela dissolução do corpo, que, ao contrário, temos razão para crer que elas serão inconcebivelmente fortalecidas. Não temos a mais forte razão para crer que aquelas faculdades serão totalmente libertadas dos defeitos que agora naturalmente resultam da união da alma ao corpo corruptível? É muitíssimo provável que, a partir do momento em que a alma e o corpo se separem, nossa memória nenhuma falha terá; sim, ela fielmente patenteará à nossa vista tudo quanto lhe tenha sido confiado. É verdade que o mundo invisível é, na Escritura, chamado “a terra do esquecimento”, ou, como se expressa de modo ainda mais forte na antiga versão, “a terra onde tudo se esquece”. Eles são esquecidos; mas, por quem? Não pelos habitantes daquele país, mas pelos habitantes da terra. É com relação a estes que o mundo invisível é “a terra do esquecimento”. Todas as coisas são aqui mui freqüentemente esquecidas pelos homens, mas não pelos espíritos libertados. A partir do momento em que se despojam do tabernáculo terreno, dificilmente podemos supor que eles se esqueçam de qualquer coisa.

9. O entendimento será, do mesmo modo, indubitavelmente libertado das lacunas que são agora inseparáveis dele. Por muitas idades tem sido máxima inquestionável: *Humanum est errare et nescire*; a ignorância e o erro são inseparáveis da natureza humana. Mas a plenitude deste conceito só é verdadeira em relação aos homens vivos, e não vai mais longe do que enquanto “o corpo corruptível faz pressão sobre a alma”. A ignorância na verdade pertence a todo entendimento finito (uma vez que ninguém há, abaixo de Deus, que conheça todas as coisas), mas não o erro: quando o corpo é posto à margem, o erro também se extingue para sempre.

10. Que podemos então dizer de um homem engenhoso, que ultimamente fez uma descoberta, segundo a qual os espíritos desencarnados não só não têm sentidos, (nem mesmo os da vista e da audição), mas nem memória, nem entendimento, nem pensamento ou percepção: nada que se pareça com a consciência de sua própria existência! Que eles permanecem num sono mortal desde a morte até a ressurreição! *Consanguineus lethi sopor* na verdade! Tal sono nós podemos chamá-lo “parente da morte”, se acaso não for a mesma coisa. Que podemos dizer, senão que os homens engenhosos têm sonhos estranhos – e estes eles às vezes os tomam por realidades!

11. Retrocedendo: como a alma conserva sua compreensão e memória, não obstante a dissolução do corpo, assim indubitavelmente a vontade, incluindo todas as afeições, permanecerá em seu pleno vigor. Se nosso amor ou ira, nossa esperança ou desejo, perecerem, isto será somente em relação àqueles que houvermos deixado para trás. A eles não importa serem objeto de nosso amor ou de nossa ira, de nosso desejo ou de nossa aversão. Mas, na condição de espíritos separados, não temos razão para crer que qualquer daquelas faculdades se extinga. É mais provável que essas faculdades operem com muito maior força, do que se a alma estivesse ainda apegada à carne e ao sangue.

12. Mas, embora tudo isso se verifique, embora tanto nosso conhecimento e sentidos como nossa memória e entendimento, unidos a nossa vontade, a nosso amor, a nosso ódio e a todas as nossas afeições, permaneçam depois que o corpo se desfaz; ainda, a esse respeito, são como se não existissem: – não mais somos despenseiros deles. As coisas continuam, mas nossa mordomia não prossegue: não podemos jamais agir naquela qualidade. Mesmo a graça que nos foi anteriormente comunicada, para habilitar-nos a sermos fiéis e sábios despenseiros, já nos não é agora conferida para tal fim. Acabaram-se os dias de nossa mordomia.

III

1. Desde que já não somos despenseiros, resta que prestemos conta de nossa mordomia. Alguns imaginam que isto se dará imediatamente após a morte, tão logo entremos no mundo dos espíritos. A igreja de Roma o afirma de

modo absoluto; mais: faz deste ponto um artigo de fé. Quando muito podemos conceder que no momento em que a alma deixa o corpo e apresenta-se nua diante de Deus, ela não pode deixar de saber qual seja a porção que tenha por toda a eternidade. Ela terá a perspectiva do gozo eterno ou do tormento eterno, uma vez que já não é possível enganar-nos no juízo que pronunciarmos acerca de nós mesmos. Mas as Escrituras não nos dão razão para crer que Deus então pronuncie juízo sobre nós. Não há passagem em todo o volume dos Oráculos de Deus que afirme tal coisa. O que tem sido freqüentemente citado com este propósito parece antes provar o contrário. Queremos falar de Hb 9.27: “Está decretado que os homens morram uma vez, e depois disto venha o juízo.” Ora, a frase “uma vez” deve, com toda a razão, ser aí aplicada tanto ao juízo como à morte. Assim, a inferência honesta a ser tirada desse mesmo texto é, não que haja dois juízos, um particular e outro geral; mas que temos de ser julgados, assim como temos de morrer, somente uma vez. Temos de ser julgados, não uma vez imediatamente depois da morte e outra vez depois da ressurreição geral, mas somente “quando o Filho do Homem vier em sua glória, e todos os seus santos anjos com Ele”. Portanto, a idéia de um juízo logo depois da morte e outro no fim do mundo não pode ter lugar entre os que fazem da Palavra escrita de Deus o integral e único padrão de sua fé.

2. A época em que devemos dar aquela conta é, pois, quando o “grande trono branco baixar dos céus, e Aquele que sobre ele se assenta, e de cuja face os céus e a terra fugirão, e não se achará lugar para eles”. Será então que “os mortos, pequenos e grandes, apresentar-se-ão diante de Deus; e os livros serão abertos: o livro da Escritura, aos que foram instruídos por ela; o livro da Consciência, a toda a humanidade. Igualmente o “livro de memória” (para usarmos outra expressão bíblica), que tinha sido escrito desde a fundação do mundo, será então aberto à vista de todos os filhos dos homens. Diante de todos estes, ou seja, de toda a raça humana, diante do diabo e seus anjos, e diante de Deus, o Juiz de todos, tu comparecerás, sem qualquer proteção ou cobertura, sem qualquer possibilidade de disfarce, para dares conta detalhada do modo por que empregaste todos os bens de teu Senhor!

3. O Juiz de todos então perguntará: “Como empregaste tua alma? Eu te confiei um espírito imortal, dotado de vários poderes e faculdades, com inteligência, imaginação, memória, vontade, afeição. Ao mesmo tempo Eu te concedi claras e expressas direções acerca do modo por que todos esses dons deveriam ser empregados. Empregaste tua inteligência, na medida de sua capacidade, segundo aquelas direções, isto é, no conhecer-te a ti mesmo e a mim – minha natureza, meus atributos? – minhas obras, sejam de criação, de providência ou de graça? – em pôr-te de acordo com minha Palavra? – usando de todos os meios para enriquecer teu conhecimento dela – meditando-a dia e noite? Empregaste tua memória segundo minha vontade, entesourando todo conhecimento que adquiriste e que pudesse conduzir à minha glória, à tua própria salvação, ou ao proveito dos outros? Nela armazenaste, não Imagens frívolas, mas as Instruções, quaisquer que fossem, aprendidas em minha Palavra, e toda a experiência que obtiveste de minha sabedoria, verdade, poder e bondade? Foi tua imaginação empregada, não pintando imagens vãs, e muito menos a nutrir “desejos loucos e insensatos”, mas representando o que fosse proveitoso à tua alma e servisse para estimular tua busca da sabedoria e da santidade? Seguiste meus conselhos em referência à tua vontade? Foi ela totalmente subordinada a mim? Fundiu-se ela à minha vontade, de modo a jamais se opor, mas a correr paralela ao meu querer? Foram tuas afeições empregadas e reguladas de maneira tal como apontei em minha Palavra? Deste-me teu coração? Não amaste ao mundo nem às coisas do mundo? Fui o alvo de teu amor? Todos os teus desejos foram para mim e para a lembrança de meu nome? Fui a alegria de teu coração, o prazer de tua alma, o escolhido entre dez mil? Não te entristecestes com coisa alguma, salvo com o que pudesse ofender a meu Espírito? Não temeste nem odiaste a coisa alguma, exceto ao pecado? Toda a torrente de tuas afeições refluíram para o oceano de onde elas procederam? – Foram teus pensamentos empregados segundo minha vontade, não se ajustando às finalidades da terra, nem às loucuras ou ao pecado, mas às “coisas que são puras, às coisas que são santas, ao que é proveitoso à minha glória e à paz e boa vontade entre os homens?”

4. Teu Senhor perguntará depois: “Como empregaste o corpo que te confiei? Dei-te uma língua para com ela me louvares; usaste-a para o fim segundo o qual ela te foi dada? Empregaste-a, não em maledicências ou no falar ocioso; não em conversação descaridosa ou sem proveito, mas no que era bom, necessário e útil a ti mesmo ou aos outros? Empregaste-a no que sempre tendia, direta ou indiretamente, a “ministrar graça aos ouvintes”? Dei-te, juntamente com teus outros sentidos, estas grandes avenidas do conhecimento: a vista e a audição. Foram utilizadas naqueles excelentes propósitos para os quais te foram concedidas, levando-te a te instruíres cada vez mais na justiça e na verdadeira santidade? Dei-te mãos e pés, e vários membros com que realizares as obras que te foram preparadas: empregaram-se, não em fazer “a vontade da carne”, ou a vontade da natureza, ou a vontade da mente (as coisas a que te conduziu a razão ou a fantasia), mas no fazer “a vontade daquele que” te “enviou” ao mundo, unicamente para operar tua própria salvação? Ofereceste todos os teus membros, não ao pecado, como instrumentos de injustiça, mas somente a mim, através do Filho de meu amor, “como instrumentos de justiça”?

5. O Senhor de todos perguntará em seguida: “Como empregaste os bens temporais que te coloquei nas mãos? Usaste de teu alimento, não tanto para nele buscar ou colocar tua felicidade, mas para conservar o corpo em saúde, força e vigor, de maneira a ser idóneo instrumento da alma? Usaste do vestuário, não para nutrir o orgulho ou a vaidade, e menos ainda para induzir os outros ao pecado, mas convenientemente e decentemente, para defender-te das injúrias do tempo? Preparaste e usaste tua casa e todas as demais comodidades, com os olhos simples postos em minha glória, buscando em todos os pontos não a tua própria honra, mas a minha; procurando agradar, não a ti

mesmo, mas a mim? Mais uma vez: de que modo empregaste aquele talento abrangente – o dinheiro? Não a gratificar o desejo da carne, a cobiça dos olhos e a vaidade da vida? Não a decepá-lo em despesas ociosas, que seria o mesmo que o lançar ao mar? Não entesourando para deixá-lo após ti – o que seria o mesmo que o enterrar? Empregaste-o, pois, em suprir primeiro tuas próprias necessidades razoáveis, assim como as de tua própria família; devolvendo-me depois o resto através do pobre, a quem encarreguei de o receber; encarando-te apenas como um dentre aqueles pobres, cujas necessidades deviam ser remediadas à custa da parte de meus haveres que Eu para esse fim te colocara nas mãos, deixando-te o privilégio de seres o primeiro servido e a bênção de dares, em vez de receberes? Foste, conseqüentemente, um benfeitor geral da humanidade, alimentando o faminto, vestindo o nu, confortando o enfermo, abrigando o forasteiro, consolando o aflito, segundo suas várias necessidades? Foste os olhos do cego, os pés do estropiado? Foste o pai dos órfãos e o marido da viúva? E trabalhaste por levar a efeito todas as obras de misericórdia, como meio de salvar as almas da morte?”

6. Teu Senhor ainda perguntará: “Foste um sábio e fiel despenseiro em relação aos talentos de natureza complexa que Eu te confiei? Empregaste tua saúde e tua força, não em loucuras e pecado, não nos prazeres “que perecem pelo uso”, não “em fazer provisão para a carne e em cumprir os desejos desta”, mas na vigorosa conquista daquela parte melhor que ninguém te poderá arrebatá-lo? Empregaste o que havia de agradável em tua pessoa ou em tua figura, quaisquer vantagens que tiveste pela educação, quaisquer dotes de erudição, quaisquer conhecimentos dos homens, dons que te foram confiados para a promoção da virtude do mundo – empregaste-os no alargamento do meu Reino? Empregaste qualquer soma de poder que tiveste, qualquer influência que alcançaste sobre os outros, pelo amor ou pela estima que te devotaram, no lhes aumentar a sabedoria e a santidade? Empregaste com seriedade e circunspeção aquele inestimável talento que é o tempo, pesando devidamente o valor de cada minuto e reconhecendo que todos eles foram contados na eternidade? Acima de tudo, foste um bom despenseiro de minha graça, prevenindo, acompanhando e seguindo-te? Observaste devidamente, e cuidadosamente aproveitaste todas as influências *de* meu Espírito, todo bom desejo, toda soma de luz, todas as repreensões severas ou suaves? Como te aproveitaste do “espírito de escravidão e temor”, que precedeu ao “Espírito de adoção”? E quando te fizeste participante desse Espírito, clamando em teu coração: “Abba, Pai!” – conservaste-te firme na gloriosa liberdade pela qual foste libertado? Desde então apresentaste tua alma e teu corpo, todos os teus pensamentos, tuas palavras e ações, numa chama de amor, como um sacrifício santo, glorificando-me com teu corpo e com teu espírito? Então, “bem está, servo bom e fiel! Entra no gozo de teu Senhor!”

E que restará, seja ao despenseiro fiel ou ao infiel? Nada, senão a execução daquela sentença, que fora lavrada pelo justo Juiz, fixando-te em um estado que não admite mudança através dos tempos eternos! Resta somente que, segundo tuas obras, sejas recompensado por toda eternidade.

IV

1. Destas claras considerações podemos aprender, primeiro, quão importante é este curto, incerto dia de vida! Quão preciosa é, acima de qualquer expressão, acima de toda concepção, cada parte dele!

“A menor delas exige o cuidado mais sério, Porque, embora pequenas, são areias de ouro!”

Quão profundamente interessa a todo filho do homem deixar que nenhum desses momentos se perca, mas aproveitá-los a todos para o mais nobre propósito, enquanto está em nossas narinas o sopro de Deus!

2. Aprendemos daí, em segundo lugar, que não há emprego de nosso tempo, nenhuma ação ou conversação, que seja puramente indiferente. Tudo é bom ou mau, porque todo nosso tempo, como tudo que temos, não nos pertence. Tudo isso é, como diz nosso Senhor, *ta allotria* – a *propriedade de outrem*, a propriedade de Deus, nosso Criador. Ora, elas são empregadas, ou não são empregadas de acordo com sua vontade. Se elas são assim empregadas, tudo está bem; se não são, tudo vai mal. Mais: é de sua vontade que sempre crescamos em graça e no vivo conhecimento de nosso Senhor Jesus Cristo; conseqüentemente, todo pensamento, palavra e obra, pelos quais aquele conhecimento cresça, pelos quais crescamos em graça, são bons; e tudo que determine que tal conhecimento não se aumente, é verdadeira e propriamente pecado.

3. Aprendemos daí, em terceiro lugar, que não há obras de super-rogação; aprendemos que jamais poderemos fazer mais do que nosso dever, visto que tudo quanto temos não é nosso, mas de Deus; tudo que pudermos fazer será devido a Ele. Não recebemos dele isto ou aquilo, ou somente muitas coisas, mas recebemos tudo; portanto, tudo lhe é devido. Aquele que nos dá tudo deve necessariamente ter direito a tudo; assim, se lhe dermos alguma coisa menos que – a totalidade, não poderemos ser despenseiros fiéis. E, considerando que “todo homem receberá sua própria recompensa, segundo seu próprio labor”, não poderemos ser sábios despenseiros, a não ser que trabalhemos até o derradeiro limite de nossa capacidade, não deixando por fazer coisa alguma que possa ser feita, mas nisso empregando toda nossa força.

4. Irmãos, “quem é dentre vós o homem instruído, dotado de conhecimento?” Mostre ele a sabedoria do alto, andando de conformidade com seu caráter. Se o tal, pois, se considera des pensador dos múltiplos dons de Deus, veja que todos os seus pensamentos, palavras e obras concordem com o posto que Deus lhe assinalou. Não é pouca

coisa abandonar por causa de Deus tudo que recebeste Deus. Ele requer toda tua sabedoria, toda tua resolução, toda tua paciência e constância; muito mais do que o que tens por natureza, mas não mais do que podes ter pela graça. Porque sua graça te é suficiente; e “todas as coisas”, tu o sabes, “são possíveis àquele que crê”. Pela fé, portanto, “reveste-te do Senhor Jesus Cristo”; “reveste-te de toda a armadura de Deus” – e serás habilitado a glorificá-lo em todas as tuas palavras e obras, sim, a reduzires todo pensamento à sujeição, para a obediência de Cristo!

Edimburgo, 14 de março de 1768.

QUESTIONÁRIO SOBRE O SERMÃO 51

- P. 1. (§ 1). Que relação tem o homem para com Deus? Como essa relação se nos apresenta?
- P. 2. (§ 2). Qual o caráter que exatamente se adapta ao homem, em seu presente estado?
- P. 3. (I. 1). Que perguntamos em primeiro lugar?
- P. 4. (I. 2). Que nos confiou Deus? Sob que condição?
- P. 5. (I. 3). Que é certo?
- P. 6. (I. 4). Que nos confiou Deus, em segundo lugar?
- P. 7. (I. 5). Que nos foi concedido sob as mesmas condições?
- P. 8. (I. 6). Por que outras coisas somos igualmente responsáveis?
- P. 9. (I. 7). Que nos foi confiado, em terceiro lugar?
- P. 10. (I. 8). Que mais nos foi confiado, em quarto lugar?
- P. 11. (II. 1). Que se diz da duração desse depósito?
- P. 12. (II. 2). Que se diz do aumento, vestuário, etc.?
- P. 13. (II. 3). Que se diz também do corpo?
- P. 14. (II. 4). Que se diz dos talentos de natureza mista!
- P. 15. (II. 5). Sobre que ainda permanece dúvida?
- P. 16. (II. 6). Que se diz dos órgãos dos sentidos?
- P. 17. (II. 7). Que se diz do conhecimento e erudição?
- P. 18. (II. 8). Que se diz de nossas almas, após a morte?
- P. 19. (II. 9). Que se diz da inteligência?
- P. 20. (II. 10). Que diz Wesley das conjeturas de um ser humano engenhoso? Conheceis alguma seita que professe a mesma crença?
- R. Um pequeno grupo há neste país que se trata pelo nome de “adormecedores da alma”. É uma sobrevivência de velho dogma.
- P. 21. (II. 11). Que se diz da vontade, após da morte?
- P. 22. (II. 12). Que se diz do término de nossa mordomia?
- P. 23. (III. 1). Que permanece, então, depois da nossa morte?
- P. 24. (III. 2). Quando a conta deve ser prestada?
- P. 25. (III. 3). Que perguntará o Juíz de todos?
- P. 26. (III. 4). Qual será a outra pergunta?
- P. 27. (III. 5). Que perguntará ele ainda?
- P. 28. (III. 6). Que outra indicação ainda fará Ele?
- P. 29. (IV. 1). Que aprendemos, primeiro, dessa considerações?
- P. 30. (IV. 2). Que aprendemos, em segundo lugar?
- P. 31. (IV. 3). Que aprendemos, em terceiro lugar?
- P. 32. (IV. 4). Como se conclui o sermão?
- P. 33. Quando e onde foi escrito este sermão?